

# Sumário

## Introdução

<b>REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS E SUA EFETIVIDADE .....</b>	<b>19</b>
---	-----------

*Teresa Arruda Alvim Wambier*

## Capítulo I

<b>HABEAS CORPUS.....</b>	<b>23</b>
---------------------------	-----------

*Gamil Föppel e Rafael Santana*

1. Introdução .....	23
2. Breves notas acerca da origem e evolução histórica do instituto.....	25
2.1. Na Inglaterra .....	25
2.2. Nos Estados Unidos da América .....	27
2.3. No Brasil .....	28
2.3.1. Surgimento do instituto (Brasil-Império) .....	28
2.3.2. A Constituição Republicana de 1891 e a “doutrina brasileira do habeas corpus” .....	29
2.3.3. A reforma constitucional de 1926 e as Constituições posteriores.....	30
3. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i> .....	31
4. Espécies .....	33
5. Condições da ação de <i>habeas corpus</i> .....	34
5.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	35
5.2. Interesse de agir .....	36
5.3. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	37
5.3.1. Legitimidade ativa: impetrante e paciente .....	37
5.3.2. Legitimidade passiva: coator.....	40
6. Hipóteses legais de impetração.....	43
6.1. “Quando não houver justa causa” (art. 648, I).....	44
6.2. “Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei” (art. 648, II).....	45
6.3. “Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo” (art. 648, III) .....	47
6.4. “Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação” (art. 648, IV).....	47
6.5. “Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autoriza” (art. 648, V).....	48

6.6.	“Quando o processo for manifestamente nulo” (art. 648, VI) .....	48
6.7.	“Quando extinta a punibilidade” (art. 648, VII) .....	48
7.	Competência .....	49
7.1.	Competência dos juízes de 1ª instância .....	49
7.2.	Competência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.....	50
7.3.	Competência dos Tribunais de 2ª instância .....	50
7.4.	Competência dos Tribunais Superiores.....	52
7.5.	Competência do Supremo Tribunal Federal .....	53
8.	Procedimento e Celeridade.....	53
8.1.	Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	55
9.	Sentença, recursos e coisa julgada .....	59
9.1.	A sentença e o exame de prova em <i>habeas corpus</i> .....	59
9.2.	Recursos: no Código de Processo Penal e na Constituição da República.....	61
9.3.	Coisa julgada.....	62
10.	Bibliografia.....	63

## Capítulo II

<b>HABEAS DATA</b> .....	67
--------------------------	----

*Cassio Scarpinella Bueno*

1.	A previsão constitucional do <i>habeas data</i> : consequências metodológicas .....	67
2.	O objeto de proteção do <i>habeas data</i> .....	69
3.	A fase pré-judicial do <i>habeas data</i> .....	73
3.1.	Especificamente a fase pré-judicial e o interesse de agir .....	75
4.	A fase judicial do <i>habeas data</i> .....	77
4.1.	Partes e objeto .....	80
4.2.	Petição inicial .....	87
4.3.	Recebimento da inicial e peculiaridades procedimentais .....	89
4.4.	Liminar.....	92
4.5.	Concessão do <i>habeas data</i> , a sentença e a coisa julgada .....	97
4.6.	Recursos .....	100
4.7.	Especificamente o pedido de suspensão .....	102
4.8.	Competência .....	106
5.	Bibliografia.....	109

## Capítulo III

<b>MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL</b> .....	113
--	-----

*Eduardo Sodré*

1.	Considerações Processuais.....	113
----	--------------------------------	-----

1.1.	Capacidade de ser parte e legitimidade ativa .....	115
1.2.	Ato de autoridade pública e delimitação do agente coator .....	116
1.3.	Legitimidade passiva .....	120
1.4.	Do erro na indicação da autoridade impetrada.....	121
1.5.	Liquidez e certeza de direito não amparado por <i>habeas corpus</i> ou por <i>habeas data</i> .....	123
1.6.	Objeto da impetração .....	125
1.6.1.	Atos normativos.....	125
1.6.2.	Atos interna corporis.....	126
1.6.3.	Ato judicial.....	127
1.6.4.	Ato disciplinar e ato sujeito a recurso administrativo.....	129
1.7.	Prazo decadencial.....	131
1.8.	Do papel do Ministério Público.....	134
1.9.	Competência .....	136
2.	Procedimento .....	139
2.1.	Propositura da ação e sentenciamento liminar.....	139
2.2.	Pedido liminar e meios de impugnação de seus efeitos.....	142
2.3.	Das informações e da contestação .....	145
2.4.	Do opinativo ministerial.....	147
2.5.	Da sentença e dos recursos.....	148
2.6.	Da execução.....	152
2.7.	Desistência da ação .....	153
3.	Súmulas sobre mandado de segurança .....	154
3.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	154
3.2.	Súmulas do Tribunal Federal de Recursos.....	156
3.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	157
4.	Bibliografia.....	157

## Capítulo IV

### MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..... 159

Hermes Zaneti Júnior

1.	Conceito e Objeto do Mandado de Segurança Coletivo: Direitos Coletivos <i>Lato Sensu</i> .....	160
1.1.	Advertência sobre a Lei 12.016/09: “Novo” Mandado de Segurança Coletivo.....	161
1.1.1.	Uma Reforma Velha e Atrasada: Proibição de Retrocesso Social no Processo Coletivo .....	163
1.1.2.	Sumário das Inovações Propostas para o Mandado de Segurança Coletivo nos Anteprojetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos e o Projeto de Lei do Senado 222/10 (Sen. Valter Pereira) .....	165

1.2.	Mandado de Segurança Coletivo como Ação para Tutela Exclusiva de Direitos Coletivos Stricto Sensu (Interpretação Literal) .....	169
1.3.	O Mandado de Segurança Tutela Apenas Direitos Individuais Homogêneos (Interpretação Retrospectiva).....	170
1.4.	Não-cabimento para a Tutela de “Interesses Difusos” .....	171
1.5.	Direito Fundamental à Proteção Processual pelo Writ Constitucional dos Direitos Difusos, Coletivos Stricto Sensu e Individuais Homogêneos e a Superação da Previsão Nominal da Lei 12.016/09 (Tutela Integral) .....	175
2.	Rito Procedimental .....	176
3.	Norma Constitucional, Lei do Mandado de Segurança e Código de Defesa do Consumidor (Círculos Secantes e o Microsistema do Processo Coletivo) .....	177
4.	Pressupostos/Requisitos Processuais: O Juízo de Admissibilidade no Mandado de Segurança Coletivo .....	178
4.1.	“Direito Líquido e Certo”: Expressão de Direito Processual.....	179
4.2.	Ato de Autoridade.....	180
4.3.	Ilegalidade ou Abuso de Poder .....	180
5.	Legitimação e Interesse no Mandado de Segurança Coletivo.....	182
5.1.	Legitimação Ad Causam (Ativa): Substituição Processual ou Representação? .....	182
5.2.	Rol taxativo (Ampliável por Lei Ordinária).....	183
5.3.	A (Des)Necessária Autorização e Indicação do Rol dos Beneficiários .....	185
5.4.	Legitimação dos Partidos Políticos.....	185
5.5.	Legitimação dos Sindicatos, Entidades de Classe e Associações....	186
5.5.1.	Requisito da Constituição Anua .....	189
5.5.2.	Existe Legitimação para Defesa de Direitos Individuais (Não Homogêneos) dos Associados, Alguns Membros dos Partidos Políticos ou Sindicatos? .....	189
5.6.	Legitimidade Passiva e Competência em Mandados de Segurança.....	190
5.6.1.	Determinação da Autoridade Coatora como Forma de Abranger o Maior Número de Beneficiário do Ato e Ampliar os Limites Territoriais da Decisão .....	191
5.6.2.	Qualificação e Hierarquia (Competência Funcional).....	193
5.6.3.	Modificação de Competência e/ou Extinção do Processo por Ilegitimidade .....	195
5.7.	Interesse Processual .....	197
6.	Liminar no Mandado de Segurança Coletivo .....	201
6.1.	Limites à Oitiva do Poder Público no Prazo de 72 Horas.....	201

7.	Honorários Advocatícios em Mandado de Segurança.....	202
8.	Intervenção e Legitimação do Ministério Público .....	204
8.1.	A Legitimação do Ministério Público no Mandado de Segurança Coletivo .....	204
8.2.	Intervenção Obrigatória do Ministério Público nos Mandados de Segurança Coletivos .....	208
9.	Coisa Julgada e Litispendência nos Mandados de Segurança Coletivos .....	213
9.1.	A Aplicação do Microssistema a partir do Art. 103 do Código de Defesa do Consumidor (Coisa Julgada <i>Ultra Partes</i> e <i>Erga Omnes Secundum Eventum Litis</i> e o Regime de Inclusão das Pretensões Individuais) .....	214
9.2.	Coisa Julgada <i>Secundum Eventum Probationis</i> e o Art. 19 da Lei 12.016/09.....	215
9.3.	A Aplicação do Microssistema a partir do Art. 104 do Código de Defesa do Consumidor e do Art. 22, § 1º da Lei 12.016/09 (Inexistência de Litispendência entre Ações Coletivas e Ações Coletivas; Litispendência entre Ações Coletivas e Ações Individuais e o Regime de Exclusão das Pretensões Individuais).....	216
10.	Execução das Sentenças e Tutelas em Mandados de Segurança Coletivo	218
11.	Referências Bibliográficas .....	219

## Capítulo V

<b>MANDADO DE INJUNÇÃO.....</b>	<b>221</b>
---------------------------------	------------

Rodrigo Mazzei

1.	Breve resenha histórica e comparada .....	221
2.	Requisitos específicos da via.....	223
3.	O procedimento em resumo.....	224
3.1.	Adaptação do procedimento da ação de mandado de segurança	224
3.2.	Competência .....	225
3.3.	Via processual com aceleração (e compressão) processual.....	226
3.4.	Prova de natureza documentada .....	226
4.	Transitoriedade .....	227
5.	Da viabilidade do mandado de injunção coletivo.....	228
6.	Teorias sobre a figura jurídica .....	233
6.1.	Teoria da subsidiariedade.....	234
6.2.	Teoria da independência jurisdicional .....	235
6.3.	Teoria da resolutividade.....	235
6.4.	Da posição mista, com adoção conjunta das teorias da subsidiariedade e resolutividade (tendência do Supremo Tribunal Federal) .....	238
6.4.1.	Da cisão decisória na posição intermediária .....	243

6.5.	Do posicionamento mais recente do Supremo Tribunal Federal (apego à teoria da resolutividade com votos divergentes) .....	246
7.	Da ação de inconstitucionalidade por omissão: rápido comparativo.....	252
8.	Nossa posição sobre a melhor teoria a ser seguida .....	255
9.	Legitimidade e coisa julgada: análise que depende da teoria adotada ..	260
9.1.	Legitimidade ativa .....	260
9.1.1.	Legitimidade ativa no mandado de injunção coletivo.....	261
9.2.	Litisconsórcio passivo .....	266
9.2.1.	Litisconsórcio passivo: teoria da subsidiariedade .....	266
9.2.2.	Litisconsórcio passivo: teoria da resolutividade .....	266
9.2.3.	Litisconsórcio passivo: posição (teoria) intermediária .....	267
9.3.	Coisa julgada.....	275
9.3.1.	Coisa julgada declaratória: teoria da subsidiariedade .....	275
9.3.2.	Coisa julgada transitória: teoria da resolutividade e posição intermediária .....	275
10.	Execução provisória ou definitiva?.....	280
11.	Fechamento .....	282
12.	Bibliografia.....	284

## Capítulo VI

<b>AÇÃO POPULAR.....</b>	<b>291</b>
--------------------------	------------

*Geisa de Assis Rodrigues*

1.	Objeto da ação popular: a proteção ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao patrimônio histórico, artístico e cultural .....	291
2.	Legitimidade ativa na ação popular .....	293
3.	Legitimidade passiva na ação popular.....	296
3.1.	A peculiar situação da Fazenda Pública .....	299
4.	Os atos passíveis de invalidação pela ação popular .....	301
4.1.	Limites ao controle jurisdicional do ato administrativo na ação popular.....	302
5.	Requisitos específicos da ação popular: binômio ilegalidade e lesividade .....	303
6.	Juízo competente para julgar ação popular: regra de competência, conexão e continência, litispendência, relação com ação civil pública.....	306
7.	A petição inicial, o pedido na ação popular e o recebimento da inicial ..	311
8.	O regime de custas .....	315
9.	A citação na ação popular .....	317
10.	A defesa dos Réus: contestação, exceções e reconvenção. Revelia .....	319
11.	A intervenção de terceiros: assistência, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo, oposição, recurso do terceiro prejudicado.....	322

12. Intervenção do Ministério Público.....	325
13. As provas na ação popular.....	327
14. Da medida liminar .....	328
15. Da sentença na ação popular.....	332
16. Admite-se conciliação na ação popular? .....	336
17. Os recursos na ação popular.....	338
18. O pedido de suspensão da liminar na ação popular .....	339
19. O reexame necessário na ação popular .....	341
20. A coisa julgada .....	342
21. Da Liquidação e da execução .....	343
22. Ação rescisória .....	344
23. Prescrição da ação e da execução popular.....	345

## Capítulo VII

<b>AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>	<b>351</b>
---------------------------------	------------

*Marcelo Abelha Rodrigues*

1. Introdução .....	352
2. Princípios aplicáveis aos processos coletivos.....	353
2.1. Mudança de Paradigma: do Estado Liberal para o Estado Social..	353
2.2. O juiz nos processos coletivos .....	356
2.3. O incremento da tutela específica .....	357
2.4. A prova no processo coletivo .....	358
2.5. A instrumentalidade das formas .....	359
2.6. Declínio da ação e valorização da jurisdição .....	360
2.7. A diferença dos princípios processuais sob a ótica individual e a ótica coletiva .....	360
2.8. Ressalvas ao caráter coletivo dos princípios processuais nas ações de improbidade administrativa.....	363
3. Ação civil pública: ação ou conjunto de regras processuais?.....	365
3.1. Aplicação subsidiária do processo coletivo nas Ações Eleitorais...	366
4. Origens da ação civil pública .....	368
5. Ação civil pública e Título III do CDC: uma ligação visceral .....	369
6. A Lei 7.347/85 é uma lei de natureza processual.....	370
7. Ação popular e ação civil pública .....	371
8. As constantes alterações da lei de ação civil pública.....	371
9. O pedido na ação civil pública .....	372
9.1. A ação civil pública pode ser utilizada para debelar todos os tipos de crises jurídicas (pedido declaratório, constitutivo ou que impõe uma prestação) .....	372
9.2. A ação civil pública e a tutela específica .....	373
9.3. Tutela específica: tutela específica propriamente dita e o resultado prático equivalente.....	374

9.4.	Resultado prático equivalente e fungibilidade (de ofício) do pedido imediato.....	375
9.5.	Tutela específica e tutela de urgência.....	375
9.6.	Tutela específica, reparação in natura (específica) e reparação pecuniária: possibilidade de cumulação .....	375
9.7.	As faces da tutela específica (preventiva e repressiva) .....	376
10.	Ação civil pública para tutela de danos morais e patrimoniais.....	378
11.	Os interesses coletivos <i>lato sensu</i> .....	378
11.1.	Interesse e direito.....	379
11.2.	Art. 81, parágrafo único, I, II e III do CDC: definição no direito brasileiro do conceito de interesses coletivos.....	379
11.3.	O critério usado pelo legislador para especificar os interesses coletivos: interesses essencialmente coletivos e os acidentalmente coletivos.....	380
11.3.1.	Essencialmente coletivos: a transindividualidade dos titulares e a indivisibilidade do objeto .....	380
11.3.2.	Os interesses acidentalmente coletivos (individuais homogêneos).....	384
11.4.	Interesses difusos e interesse público.....	386
11.5.	Ação civil pública, discricionariedade administrativa e políticas públicas.....	390
12.	Ação civil pública para a revisão de Políticas Públicas: Discricionariedade administrativa.....	395
13.	Legitimidade para agir (arts. 5º da LACP e 82 do CDC).....	399
13.1.	A escolha do rol previsto no art. 5º e art. 82 do CDC – a opção pelos entes coletivos .....	399
13.2.	A verificação in abstracto dos legitimados.....	400
13.3.	Art. 5º da LACP e art. 82 do CDC, qual rol deve-se seguir? .....	401
13.4.	A legitimidade para agir é apenas para o polo ativo .....	402
13.5.	A legitimidade dos entes coletivos é do tipo ordinária ou extraordinária?.....	402
13.6.	Outras classificações da legitimidade para agir na tutela jurisdicional dos interesses supraindividuais: legitimidade coletiva, taxativa e exclusiva (não complexa).....	404
13.7.	Legitimidade do Ministério Público para a tutela dos interesses supraindividuais.....	404
13.8.	A legitimidade da Defensoria Pública.....	406
13.9.	A legitimidade para agir dos sindicatos e das associações.....	410
13.10.	Litisconsórcio e assistência nas demandas difusas e coletivas.....	411
13.11.	Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....	412
14.	O rito a ser seguido pela ação civil pública .....	413
15.	Desistência e abandono da ação civil pública .....	413



16. Competência, Prevenção, Conexão e Litispendência na ação civil pública .....	415
16.1. O critério é funcional ou territorial? .....	415
16.2. O uso da expressão local do dano.....	417
16.3. Art. 2º e art. 16 da LACP: necessidade de uma interpretação conjunta e incidência do art. 93 do CDC .....	417
16.4. Art. 2º e art. 109, §3º, da CF/88 .....	418
16.5. A regra de prevenção no CPC e na LACP.....	418
16.6. Duplicidade de litispendências de demandas coletivas em comarcas diversas quando o dano se estende a mais de uma comarca.....	419
16.7. Duplicidade de litispendências de demandas coletivas na mesma comarca, com base no mesmo procedimento (LACP + CDC) .....	420
16.8. Duplicidade de litispendências de demandas coletivas na mesma comarca, com base em procedimentos diversos (LACP + CDC e LAP) .....	420
17. A prova na ação civil pública.....	420
17.1. Documentos necessários à propositura da demanda .....	420
17.2. Ônus da prova: artigo 333 do CPC e artigo 6º, VIII do CDC .....	422
17.3. Requisições e inquérito civil.....	424
17.4. Inquérito civil: previsão legislativa .....	425
17.5. Natureza jurídica, conceito e características do inquérito civil .....	425
17.6. Objeto do inquérito civil .....	429
17.7. Inquérito civil e competência.....	429
18. Tutela de urgência na ação civil pública.....	430
19. Sistema recursal na ação civil pública: a eficácia imediata das decisões	431
20. Tutela executiva na ação civil pública.....	431
21. Coisa julgada na ação civil pública .....	434
21.1. Dispositivos regentes da coisa julgada nas demandas coletivas propostas com base na LACP .....	434
21.2. Coisa julgada e autoridade da coisa julgada .....	434
21.3. Relativização da autoridade da coisa julgada .....	435
21.4. Coisa julgada e representatividade adequada in abstracto da LACP .....	436
21.5. O alcance do termo insuficiência de provas: material e processual.....	436
21.6. O conceito de nova prova para fins de repropositura da demanda coletiva .....	437
21.7. Nova prova e documento novo (art. 485, VII) .....	437
21.8. Momento de demonstração da nova prova .....	438
21.9. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> – efeito <i>in utilibus</i> .....	438

21.10. Críticas à limitação territorial da coisa julgada .....	440
22. Litigância de má-fé na ação civil pública .....	440
23. Despesas processuais na ação civil pública.....	441
23.1. Não condenação da associação autora.....	441
23.2. Ações de improbidade pelo parquet e a utilização do art. 17 e 18 da LACP.....	442
24. O fundo criado pelo art. 13 da LACP .....	442
24.1. A estrutura do fundo federal para a defesa dos direitos difusos....	444
25. Referências bibliográficas .....	446

## Capítulo VIII

<b>ASPECTOS PROCESSUAIS DA ADIN (AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE) E DA ADC (AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE).....</b>	<b>451</b>
<i>Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira</i>	
1. Considerações iniciais .....	451
2. Algumas espécies de controle de constitucionalidade repressivo jurisdicional .....	453
3. Processo objetivo .....	462
4. Características das ações de controle concentrado de constitucionalidade.....	465
4.1. Ações dúplices.....	465
4.2. Ações coletivas.....	466
4.3. ADC como ação declaratória. ADIN como ação constitutiva necessária.....	467
5. A legitimação .....	474
5.1. Nota introdutória.....	474
5.2. Características.....	474
5.3. Os legitimados .....	476
5.4. O controle judicial da legitimidade para a propositura da ação de controle concentrado de constitucionalidade .....	479
6. Aspectos procedimentais.....	483
6.1. Petição inicial: requisitos.....	483
6.2. Estabelecimento do contraditório na ADIN .....	493
6.3. Estabelecimento do contraditório na ADC .....	498
6.4. Mecanismos de convencimento do magistrado na ADIN e na ADC...	499
6.5. Intervenção de terceiros.....	502
6.6. Intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	504
6.6.1. Noção e hipóteses.....	504
6.6.2. Poderes processuais do <i>amicus curiae</i> .....	509
6.7. Deliberação e julgamento .....	511
6.8. Sistema de impugnação das decisões .....	512
7. A tutela de urgência .....	514

7.1.	Considerações iniciais.....	514
7.2.	A tutela de urgência na ADIn: suas características e seu procedimento .....	515
7.3.	A tutela de urgência na ADC.....	519
8.	A decisão: seus efeitos, coisa julgada e força vinculante .....	521
9.	Efeitos das decisões em ADI e ADC: especialmente o § 1º do art. 475-L e o par. ún. do art. 741 do CPC.....	530
10.	Referências bibliográficas .....	536

## Capítulo IX

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADInO).....</b>	<b>541</b>
--	------------

*Juliano Taveira Bernardes*

1.	Considerações iniciais .....	541
2.	Conceito .....	542
3.	Breve histórico .....	542
4.	Inconstitucionalidade por omissão .....	543
4.1.	Tipos de omissão inconstitucional .....	547
4.	Natureza jurídica .....	553
5.	Parâmetro de controle .....	554
6.	Objeto.....	559
7.	Legitimação.....	565
8.	Intervenção do Ministério Público.....	567
9.	Intervenção do Advogado-Geral da União .....	568
10.	Intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	569
11.	Procedimento .....	570
12.	Medida cautelar.....	572
13.	Confluências da ADInO e da ADIn .....	573
14.	Das possíveis soluções judiciais para o problema das omissões inconstitucionais no âmbito do controle abstrato.....	574
15.	Efeitos das decisões da ADInO.....	578
15.1.	Efeitos diretos.....	578
15.2.	Efeitos reflexos .....	579
15.2.1.	Efeitos políticos.....	579
16.	ADInO nos Tribunais de Justiça .....	581

## Capítulo X

<b>ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>583</b>
--	------------

*Dirley da Cunha Júnior*

1.	Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto .....	583
2.	A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais .....	591

3.	Conceito de “descumprimento” na arguição.....	595
4.	Modalidades da arguição de descumprimento.....	597
5.	Arguição direta ou autônoma.....	599
5.1.	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	599
5.2.	Competência .....	605
5.3.	Procedimento: a Lei 9.882/99 .....	606
5.4.	Medida liminar .....	608
5.5.	Objeto: os atos ou omissões controláveis .....	610
5.5.1.	Atos normativos.....	611
5.5.2.	Atos não normativos .....	613
5.5.3.	Atos municipais .....	614
5.5.4.	Atos anteriores à Constituição .....	615
5.5.5.	Atos políticos.....	617
5.5.6.	Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....	619
5.5.7.	Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo .....	622
5.6.	Decisão e seus efeitos .....	624
6.	Arguição incidental.....	628
6.1.	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	632
6.2.	Objeto .....	635
6.3.	Controvérsia constitucional relevante.....	635
7.	O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	637
8.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do poder público .....	645

## Capítulo XI

### RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL .....

651

*Gisele Santos Fernandes Góes*

1.	Breve notícia histórica da reclamação constitucional .....	651
2.	A estrutura da reclamação constitucional.....	652
2.1.	Diferenciação entre a reclamação e a correição parcial ou reclamação correicional .....	652
2.2.	Objeto .....	653
2.3.	Natureza jurídica .....	655
2.3.1.	Como incidente processual .....	655
2.3.2.	Como recurso ou sucedâneo recursal.....	655
2.3.3.	Como remédio processual sem natureza recursal .....	655
2.3.4.	Como ação com caráter correicional.....	656
2.3.5.	Como ação simplesmente .....	656

2.3.6.	Nossa posição .....	656
2.4.	Direito estrangeiro .....	657
2.5.	Sujeitos .....	658
2.6.	Características.....	660
2.7.	Procedimento .....	660
2.8.	Hipóteses de cabimento – Alguns exemplos.....	663
2.8.1.	Negativa de seguimento ao agravo de instrumento em sede de recurso extraordinário e/ou especial .....	663
2.8.2.	Juízo da execução descumpra decisão fixada pelo Supremo Tribunal Federal.....	663
2.8.3.	Tribunal a quo pratica ou retarda ou omite a prática de determinado ato .....	664
2.8.4.	Para a efetividade das decisões de recursos extraordinário e especial e feitos de competência originária do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça .....	664
2.8.5.	Cabimento da reclamação contra atos administrativos.....	664
2.8.6.	Cabimento da reclamação pelo descumprimento de medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade....	665
2.8.7.	A reclamação em relação aos enunciados de súmula vinculante do STF (lei 11.417/06).....	665
2.8.8.	A reclamação e o controle incidental de constitucionalidade .....	668
3.	Reclamação no âmbito de outros tribunais .....	669
3.1.	Justiça do Trabalho .....	669
3.2.	Justiça Eleitoral .....	669
3.3.	Justiça Militar da União .....	669
3.4.	Justiças dos Estados .....	669
4.	Alguns pontos polêmicos e críticas .....	670
4.1.	Os Regimentos Internos dos Tribunais dos Estados e Federais podem fazer previsão da reclamação nos moldes da Constituição de 1988?.....	670
4.2.	Todas as decisões dos tribunais de superposição provocam impedimento de qualquer manifestação dos órgãos inferiores sobre a matéria já decidida? .....	671
4.3.	Cabe reclamação de decisão em reclamação? .....	672
4.4.	Se houver descumprimento da decisão em reclamação, o que fazer? .....	672
4.5.	Cabe reclamação contra decisão transitada em julgado? .....	673
4.6.	Cabe fungibilidade na reclamação com outros institutos jurídicos? .....	674

4.7.	Cabe reclamação no Superior Tribunal de Justiça, em face de decisões contrárias proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais? .....	675
4.8.	Cabe Reclamação ao STF para correção de aplicação de repercussão geral pela Corte de origem? .....	676
4.9.	Cabe Reclamação imediata ao STF quando Juiz de primeira instância não observa decisão proferida pelo plenário do STF no julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral que vincula todos os membros do poder Judiciário? .....	676
5.	Conclusões – Reclamação constitucional – Crise da sua função? .....	676
6.	Bibliografia.....	680

## Capítulo XII

<b>AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO MANDATO ELETIVO (AIME)</b> .....	683
---	-----

*Edmilson Barbosa*

1.	A AIME como garantia constitucional.....	683
2.	Histórico .....	685
3.	Cabimento .....	687
4.	Prazo para propositura.....	693
5.	A legitimidade .....	695
6.	Competência .....	700
7.	Rito .....	701
8.	O início de prova para proposição da AIME .....	707
9.	A avaliação da prova obtida na AIME.....	709
10.	Efeitos da condenação .....	711
11.	A litispendência com outras ações eleitorais próprias.....	717
12.	A AIME com base no art. 41-a ou no art. 73 da lei eleitoral .....	719
13.	Recursos cabíveis e seus efeitos.....	723
14.	O problema do segredo de justiça na AIME.....	727
15.	Referências bibliográficas .....	729